

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário
24-01-2022	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,4,5,6,7



LUÍSA SALGUEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

“Saúde, educação e ação social precisam de reforço”

É a primeira mulher a liderar a Associação Nacional dos Municípios. A descentralização é uma das prioridades. Não vê falhanços do Governo, apesar dos constantes adiamentos, e sinaliza a necessidade de ajustamentos no financiamento e na Lei das Finanças Locais.

SALOMÉ PINTO
salomepinto@negocios.pt
PAULO DUARTE
Fotografia

Luísa Salgueiro, presidente da Câmara de Matosinhos, é a primeira mulher a comandar os destinos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) até 2025. Em dezembro do ano passado, a autarca do PS sucedeu ao socialista Manuel Machado que perdeu a presidência da Câmara de Coimbra para o independente José Manuel Silva, ex-bastonário da Ordem dos Médicos e cabeça de lista da coligação de direita liderada pelo PSD nas últimas eleições autárquicas.

É a primeira mulher a presidir à ANMP. É um reforço do papel das mulheres nas autarquias?

O reforço do papel das mulheres nas autarquias far-se-ia mais com um maior número de mulheres a liderar as autarquias, o que não aconteceu nestas eleições [autárquicas]. Aliás, houve uma redu-

ção do número já muito pouco expressivo. Não basta um lugar na liderança da ANMP para prosseguirmos nesse reforço. Acho que é simbólico, é mais um espaço em que uma mulher passa a liderar. A presença das mulheres na vida comum e nas autarquias se funcionasse naturalmente levaria a que houvesse mais mulheres presidentes de câmara e isso não acontece. Agora chego a este lugar, que é simbólico, e espero que possa ajudar a mais uma vez mostrar que o papel das mulheres é igual ao dos homens, nós podemos exercer os meus cargos.

Porque é que acha que houve esta redução de 32 para 29 mulheres a liderar as autarquias?

Os indicadores dizem-nos que quem tem o trabalho não remunerado, quem tem as principais tarefas domésticas, são as mulheres e a vida pública é muito exigente do ponto de vista dos horários, por isso acaba por ser muito mais difícil para as mulheres conciliarem a vida pessoal, laboral e política. Mas é sobretudo pela forma como os partidos estão organizados que ainda estão muito marcados pela presença masculina.

“O reforço do papel das mulheres far-se-ia com mais mulheres a liderar as autarquias.”

“Os partidos ainda estão muito marcados pela presença masculina.”

Como avalia este processo de descentralização, tendo em conta que já sofreu vários adiamentos? De acordo com a lei-quadro da descentralização de 2018, a transferência de competências deveria ter ficado concluída em janeiro de 2021 e agora o prazo-limite é janeiro de 2023?

É uma reforma de fundo da administração pública. É natural que tenha passado por várias vicissitudes, mas também por várias experiências de sucesso. Apesar de haver ainda questões para ultrapassar, justifica-se que haja uma permanente linha de diálogo construtiva com o Governo, creio que há várias áreas em que ela está a funcionar bem. E, partir deste ano, vai poder prosseguir não digo que de uma forma perfeita, porque há sempre dificuldades, mas creio que os municípios em conjunto com o Governo são capazes.

Mas não acha que o Governo falhou quanto aos prazos?

Não vejo falhas em termos de prazos. Há problemas em termos de recursos financeiros, de recursos humanos, é um processo de fundo que traz muitas dificuldades e que têm de ser ultrapassadas.

Na proposta de Orçamento do Estado para este ano, que foi chumbada, o fundo de financiamento da descentralização envolvia a transferência de cerca de 833 milhões de euros para as autarquias para assumir as novas competências. É suficiente?

Acho que é preciso fazer ajustamentos nalgumas áreas que poderão implicar o reforço, mas neste momento é prematuro dizê-lo uma vez que esse fundo não está aprovado, não há Orçamento. As

“É uma reforma de fundo da administração pública. É natural que tenha passado por várias vicissitudes.”

“Não vejo falhas em termos de prazos. Há problemas de recursos financeiros, de recursos humanos.”

autarquias e a ANMP, assim que o novo governo entre em funções, farão chegar as suas propostas.

Que áreas poderão implicar algum reforço?

Saúde, educação e ação social. Estas três áreas são as mais críticas e precisam de um reforço. A ANMP tem de visitar esses processos para garantir que não haverá falhas por falta de financiamento.

Na saúde, só 57 câmaras e, na educação, apenas 116 aceitaram estas competências. E na ação social não houve ainda qualquer adesão. Os municípios estão renitentes em assumir estas funções?

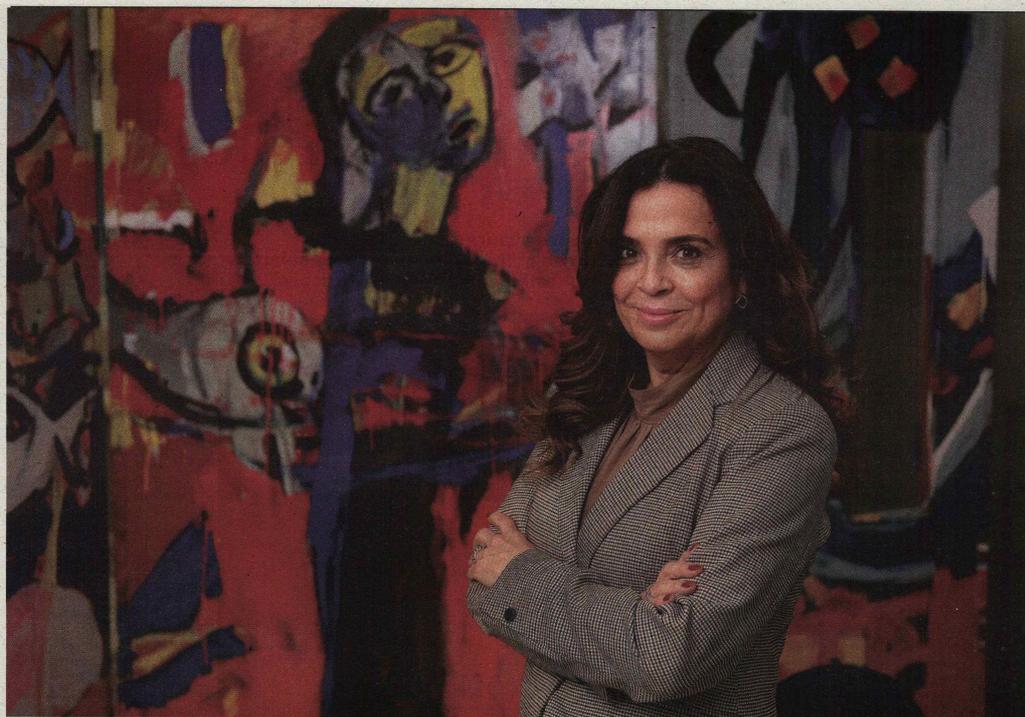
Mas na ação social é possível diferir o início da transferência até ao dia 1 de janeiro de 2023. Por isso, ainda há tempo para rever esses processos todos.

As autarquias têm mais dificuldades em aceitar competências na saúde, educação e ação social sobretudo devido ao baixo financiamento por parte do Estado central? Tem mais a ver com a dimen-

são do processo, com as transferências do número de pessoas envolvidas. Estamos a falar de muitos centros de saúde, de milhares de técnicos, milhares de pessoas. A escala destas três áreas traz mais dificuldades. Mas também é naturalmente da fórmula das transferências e dos montantes envolvidos. São as três grandes áreas que mais problemas estão a trazer e trarão neste processo.

A necessidade de reforço de que fala nessas áreas poderia passar por aumentar a participação dos municípios nos impostos do Estado?

Primeiro é preciso vermos que a Lei das Finanças Locais já foi evoluindo no sentido de aumentar a participação dos municípios nas receitas. Não digo que não precisamos de a rever. Como já referi e respeito, é imprescindível que haja uma linha de diálogo construtivo com o Governo para se ir aferindo as necessidades e ir tomando decisões para que esta nova etapa da administração pública portuguesa não signifique uma perda para a qualidade dos serviços e das respostas que temos de dar às populações. ■



Associação vai propor alterações à participação das câmaras municipais nos impostos do Estado

A ANMP aprovou no último congresso uma moção para uma nova Lei das Finanças Locais. Que alterações vão propor?

Sim, precisamos de atualizar a Lei das Finanças Locais, não só por causa da descentralização, mas porque temos problemas diferentes, temos situações novas, porque há municípios que têm menos população e menos território e que têm visto a situação

agudizar-se em termos demográficos. Tudo isto recomenda uma alteração da Lei das Finanças Locais.

Mas que atualização deveria ser feita?

Vamos fazer como tem sido o procedimento habitual da ANMP. Estamos agora a começar o mandato, reuniremos o nosso conselho diretivo, ouviremos os municípios e como sempre apresenta-

remos uma proposta ao Governo.

Mas haverá uma proposta de aumento da participação dos municípios nos impostos do Estado? Em 2018, no âmbito da descentralização, o primeiro Governo de António Costa chegou a um acordo com a ANMP que permitiu dar às autarquias 7,5% do IVA cobrado localmente?

É prematuro estar a dizer isso, de que vamos propor um aumento da participação nos impostos, porque o conselho diretivo que presido ainda só teve duas reuniões e ainda não chegou a essas conclusões.

Mas em que impostos poderá haver um reforço da participação das autarquia?

Serão vários os impostos em que proporemos ajustamentos,

mas esse trabalho ainda não está feito por parte do conselho diretivo. Neste momento, a média nacional de participação dos municípios nos impostos do Estado é de 19,5%, queremos rever e propor alterações.

No OE de 2021, faltaram 35 milhões de euros para as autarquias no âmbito da Lei das Finanças Locais. A proposta para este ano que foi chumbada já cumpria integralmente as transferências. Teme que o próximo Governo, se for PSD, não cumpra a lei?

Qualquer que seja o governo não tenho essa perspectiva de que a lei não seja cumprida. E a ANMP trabalhará para que assim seja.

Acredita que todas as competências serão transferidas

até janeiro de 2023?

Acredito que sim. Até 1 de abril fica concluída a transferência da saúde e da educação e até 1 de janeiro de 2023 a ação social.

Ainda assim há municípios bastante críticos relativamente à descentralização, porque alegam que vão ficar com as paredes e a gestão continua centralizada.

Depende do que queiramos ou consigamos fazer. Na saúde, aos municípios não competirá contratar as equipas médicas, mas isso não significa que não haja decisões dos municípios com impacto na vida das pessoas. Por exemplo, as equipas de cuidados ao domicílio podem passar pela intervenção dos municípios. Desde que haja recursos e vontade acho que podemos reforçar muito os serviços à população. ■

LUÍSA SALGUEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

“Regionalização é irreversível seja PS ou PSD a vencer as eleições”

Municípios acreditam que a criação de cinco regiões avançará até ao final da legislatura, em 2026, desde que não haja nova crise política. Fim dos cortes salariais dos autarcas e maior cobertura territorial da TAP estão entre as reivindicações.

SALOMÉ PINTO
salomepinto@negocios.pt
PAULO DUARTE
Fotografia

Os municípios estão confiantes de que a regionalização entrará em vigor daqui por quatro anos, independentemente de quem ganhar as eleições legislativas de 30 de janeiro: o PS de António Costa ou o PSD de Rui Rio.

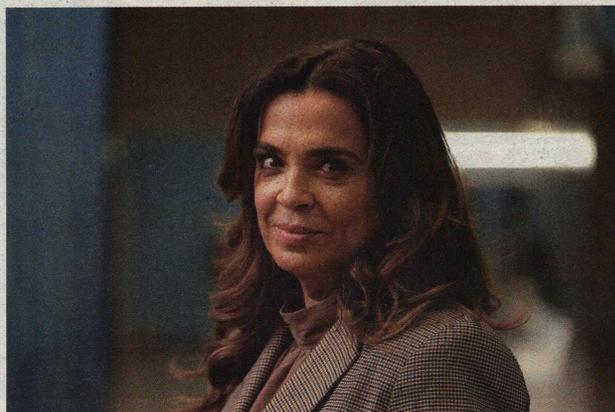
Se vencer as eleições, o secretário-geral do PS, António Costa, já disse que vai fazer depender o referendo à regionalização em 2024 de uma avaliação positiva da descentralização das competências. Concorda?

Creio que aquilo que António Costa diz é de elementar bom senso. Temos de nos focar numa aplicação e execução das competências que agora recebemos e depois de estar estabilizado este processo, avançar para a regionalização. E em 2024 estaremos em condições de prosseguir para o referendo.

Se for o líder do PSD, Rui Rio, a ganhar as legislativas, acredita que essa meta se irá manter?

O PSD tem dito nesta campanha que é favorável à regionalização, foi também aprovado pelos autarcas sociais-democratas. No congresso da ANMP, foi aprovado por todos, portanto, a regionalização é irreversível seja PS ou PSD a vencer as eleições.

Quantas regiões deveriam existir?
Acho que nos devemos basear



nas atuais cinco CCDR porque é um mapa que já está estabilizado. Seria prejudicial alterar o mapa.

Se o referendo em 2024 der vitória ao “sim” quando acha que deveria entrar e vigor?

Estamos em 2022, não haverá à partida mais nenhum ato eleitoral para a Assembleia da República, por isso haverá condição de

estabilidade política, espero eu. Portanto, diria com garantia que até ao final desta legislatura [2026] temos as regiões criadas.

Quanto à eleição indireta dos presidentes das CCDR, houve críticas pelo facto de o PS e PSD terem acordado entre si os candidatos a líderes regionais.

Quem escolheu os presidentes das CCDR foram mesmo os autarcas e eu votei. Ninguém me deu indicação de quem eu poderia escolher. Isso só depende da minha livre vontade enquanto presidente de câmara.

Mas os candidatos foram escolhidos por PS e PSD.

Mas estamos a falar de líderes de áreas do território que servem os municípios e os municípios são basicamente do PS e PSD. Eu votei de livre na escolha.

O novo diploma que reverte a fusão das freguesias entrou em vigor em dezembro do ano passado. As freguesias têm um ano para anularem a agregação. Tem havido uma elevada adesão?

Não temos informação de um movimento expressivo. O meu

município, Matosinhos, tinha antes da “lei Relvas” 10 freguesias, foram agregadas em quatro. E já votámos o regresso às 10.

Uma das metas do seu mandato passa pela revisão do estatuto dos eleitos locais. Em que moldes?

Há muitas áreas no estatuto dos eleitos locais que devem ser revistas. Vamos estudá-las para apresentar as propostas desde as condições de trabalho, a parte remuneratória e dos serviços.

Na área remuneratória qual será a vossa proposta?

Os autarcas viram ser-lhes impostos cortes salariais de 5% que foram aplicados no tempo da troika e que ainda não foram repostos quando a generalidade dos cortes já terminou. Queremos acabar com esse corte.

Os municípios continuam a pagar a ADSE dos seus funcionários. Defendem que essa pesada fatura deveria passar para a alçada da Administração Central?

AADSE é um encargo pesado, um sistema antigo que terá de ser reavaliado. Vamos ter de voltar a discutir o tema em conselho diretivo e depois apresentaremos propostas.

Acha que a TAP deveria ter uma implantação mais equilibrada no território?

Eu, enquanto autarca que não é de Lisboa, não compreendo bem as diferenças de serviço da capital para outros pontos do país, como Algarve ou Porto. É óbvio que a TAP como empresa de bandeira nacional precisa de cobrir todo o território sob pena de os autarcas não compreenderem como é que continuamos a financiá-la. ■

“A ADSE é um encargo pesado que terá de ser reavaliado.”

“A TAP precisa de cobrir todo o território sob pena de não compreendermos como é que continuamos a financiá-la.”

Governo falha promessa de retirar taxa de subsolo da fatura do gás natural

Fim da taxa municipal da conta dos clientes está prometida desde 2017. Grupo de trabalho criado pelo Executivo há um ano não produziu qualquer proposta de alteração a este regime. Câmaras querem operadores a pagar mais.

Desde 2017 que o Governo de António Costa tem prometido retirar da fatura dos consumidores de gás natural a taxa de ocupação de subsolo (TOS) que é paga pelos operadores aos municípios. Cinco anos volvidos e as empresas de distribuição continuam a repercutir esse custo sobre os clientes, ao arripio das reivindicações da ANMP. Há um ano, o Executivo criou um grupo de trabalho para mudar o regime, mas ainda não foi apresentada qualquer proposta de alteração. O Negócios questionou o Ministério da Administração Pública, que tutela esta área, mas até ao fecho desta edição não obteve resposta.

A presidente da ANMP, Luísa Salgueiro, admitiu ao Negócios que ainda não participou em qualquer reunião do grupo de traba-



Municípios continuam dependentes dos valores que os operadores comunicam.

LUÍSA SALGUEIRO

Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses

lho, mas deixou uma salvaguarda: “Quando o grupo de trabalho foi constituído ainda não era presidente da ANMP, por isso não sei que reuniões houve nessa altura.” Mas a reivindicação mantém-se: “AANMP tem-se batido para que a TOS não se reflita na fatura dos clientes. Foi entregue aliás, durante a discussão do Orçamento do Estado para 2022 [que foi chumbado], uma nova proposta para impedir que essa taxa seja paga pelos municípios.”

O número de câmaras que cobram esta taxa tem aumentado, tendo atingido em 2020 o número mais elevado: 58 municípios. A taxa inclui um termo fixo cobrado por dia e uma variável, indexada ao consumo, mas são os municípios que decidem anualmente os valores a aplicar. Para um consu-

mo médio mensal de 243 kWh, os clientes pagavam em 2020 entre um mínimo de dois cêntimos por mês, na Figueira da Foz, e um máximo de 6,8 euros, na Covilhã.

Apesar de serem as autarquias a definir a TOS, Luísa Salgueiro alerta que “os municípios estipulam os valores de acordo com o que é declarado pelos operadores”. Por isso, “as câmaras continuam a receber valores muito insuficientes relativamente aos negócios que os operadores realizam nos territórios”, critica a líder da ANMP, dando nota de que a associação “solicitou uma reunião com a ERSE” para perceber que taxas efetivamente deveriam ser cobradas às empresas de distribuição de gás natural.

“Este é um fenómeno estranho que é haver cada vez mais

clientes de gás natural e mais mercado e as taxas que os municípios recebem relativamente ao subsolo não vão crescendo, vão, pelo contrário, diminuindo. Portanto, há aqui um desfasamento com que a ANMP não concorda.” A Associação até já pediu uma mudança à lei. “A proposta chegou a ser aprovada numa alteração à lei do Orçamento do Estado de 2020 para que houvesse uma presunção desses valores só que não avançou, mas não foi por culpa do Governo, foi a Assembleia da República que a chumbou.” “Essa alteração estabelecia valores mínimos que favoreceriam as receitas das autarquias”, esclarece Luísa Salgueiro. “Neste momento, os municípios continuam dependentes dos valores que os operadores comunicam”, remata. ■ **SALOMÉ PINTO**